

2 ESPAÇO E TERRITÓRIO: CATEGORIAS DE PODER

Aparentemente o espaço geográfico se constitui em espaço habitável que em quaisquer condições naturais possibilitam a organização da vida em sociedade. Neste sentido, o espaço geográfico adquire um caráter mutável e diferenciado cuja aparência se revela no visível denominado por Dollfus (1991) como paisagem, assumindo assim o papel de ser analisado a partir de um recorte, de uma subdivisão, mas sempre numa perspectiva de interação entre os sistemas físicos e sociais.

Dessa forma, para Soja (1993), o espaço conforma-se como forma física generalizada e como abstrata, por expressar a materialização da história e da sociedade capaz de modificar a organização espacial humana, a qual é fundamental para a formação do território que passa a ser compreendido através da dialética socioespacial. Tal configuração significa que o espaço em si pode ser primordialmente dado, mas a organização e a forma de constituição são produtos da transformação e da experiência social.

Com vistas à análise da organização espacial, este capítulo debateu as distintas concepções de espaço e território, distribuídas em dois itens. O primeiro abordou o espaço como essencial para a reprodução da vida em sociedade, quando da transformação em espaço geográfico mutante, conforme as necessidades sociais. E, o segundo versou sobre o território como um espaço definido e delimitado de relações de poder, os quais produzem ligações afetivas e de identidade entre grupos sociais e espaços.

2.1 Construção do espaço geográfico

A análise dos conceitos-chave da geografia é de fundamental importância para a compreensão da forma como as sociedades multiplicam os espaços em função das necessidades em determinado momento da história e em locais diferentes da superfície terrestre. Consoante Moraes (1995), diversos teóricos da geografia positivista como Humboldt e Ritter, que se embasam na redução da realidade ao mundo dos sentidos, dos aspectos visíveis do real, mensurável e palpável, ou seja, considera a geografia uma ciência

empírica pautada na observação, no domínio e no ordenamento do espaço, os quais refletem a apropriação de territórios e a variação regional, que alimentarão a sistematização da geografia. Nessa perspectiva, a questão espacial passa ser primordial, quer na análise do espaço natural ou no socialmente produzido. Por conseguinte, a percepção da sociedade de seu local de vivência, a desperta para a necessidade do entendimento do conceito de espaço.

Sendo assim, o conceito de espaço precede a análise das outras categorias espaciais e de cunho geográfico. Logo, salienta-se, em conformidade com Sposito (2004), que Milton Santos foi o pioneiro a reconhecer o espaço, enquanto conjunto indissociável de sistemas de objetos e de ações, pois o homem e o espaço possuem relações intrínsecas que os tornam complemento para a fabricação dos meios de produção. Neste contexto, a dimensão espacial se conforma como o fator básico de representações das atividades humanas sobre a superfície terrestre, que ao longo do tempo vem sendo estudadas para atender as diversas formas de ordenamento do meio natural com base no trabalho humano.

Dessa forma, Moraes e Costa (1987, p.74) ao ressaltarem que Marx define trabalho como “um processo de que participa o homem e a natureza, processo em que o ser humano, com sua própria ação, impulsiona, regula e controla seu intercâmbio material com a natureza”, manifestaram que o homem distinguiu-se como ser social, na medida em que realiza trabalho e concretiza no espaço o modo de agir sobre a natureza.

Harvey (1969 apud CASTRO, 2000, p. 21) expõe também que o espaço “é um conjunto de relações realizadas pelos homens as quais se constituem em testemunho de um passado escrito nas formas de promover a ordenação dos territórios”.

Destarte, Castro (2000) argumenta que as diferenças práticas humanas estabelecem distintos conceitos de espaço, que sob certas circunstâncias são empregados como integrantes de uma dimensão que está inserida em múltiplos espaços, os quais podem ser definidos como terrestre, sideral, etc.

Este panorama explicita, de acordo com Santos (2002, p.151), que “o espaço que nos interessa é o espaço humano ou o social, que contém e é contido por todos esses múltiplos espaços”. Diante disso, considera-se o espaço dinâmico por relacionar-se a valores culturais diferentes, relativos a dados e períodos históricos vivenciados pela humanidade.

Em função desta configuração, faz-se mister analisar a lógica de organização do espaço centrada em quatro categorias, as quais são: forma, função, estrutura e processo. Para Santos (2002), a forma corresponde aos aspectos visíveis das coisas; a função refere-se à atividade desempenhada pela forma, pessoa ou instituição; a estrutura consiste no modo de organização da construção, ou seja, é a matriz social onde as formas e funções são criadas e justificadas; e, o processo compreende o tempo que cada representante da sociedade utiliza durante o uso do espaço geográfico.

Neste sentido, reconhece-se que o espaço geográfico é o palco de todas as manifestações sociais do planeta. Portanto, segundo Moore (1963), o espaço é uma condição de comportamento, que varia em conformidade com a oscilação da conquista material do homem em cada momento histórico. Por conseguinte, o espaço é extremamente dinâmico e se modifica com as mudanças de valores que as sociedades adquirem quando passam a empregar novas técnicas que atendem a valores sociais de cada época. Logo, o espaço se constitui na síntese das representações sociais que congelam na superfície terrestre o passado de povos distintos, sendo então reflexo da sociedade, isto é, uma tela de fundo onde todos os fatos sociais se inscrevem na medida em que os mesmos vão acontecendo.

Para Corrêa (2000), as correntes da geografia tradicional, como positivismo, determinismo, possibilismo, torética-quantitativa e o pensamento crítico assentam-se em concepções variadas de espaço. Ratzel e Hartshorne foram os principais teóricos das duas primeiras subcorrentes da geografia tradicional e compreenderam o espaço de modo implícito, ao considerá-lo como essencial para o desenvolvimento de uma sociedade, pois somente a partir da dominação e do estabelecimento de uma porção da superfície, a comunidade produzirá tecnologias que redundará na vital exploração de recursos naturais, daí o surgimento da expressão “espaço vital”.

Ademais, Hartshorne (1939 apud CORRÊA, 2000) salienta que a categoria espaço deve ser analisada em consonância com a interação e integração dos fenômenos que ocorrem em um delimitado espaço de forma independente.

Deste modo, Araújo (2006a, p.22) destaca a relação dialética entre espaço e sociedade, uma vez que “a sociedade cria-se, criando seu espaço”, o que evidencia a forma indissociável de vivência do homem no espaço, na medida em que a construção do espaço acompanha a

trajetória da evolução técnica humana e a transformação dos espaços construídos. Tal conformação ocorre porque o espaço geográfico é também o espaço social.

Já Santos (1988, p.71) internaliza o espaço como “um conjunto de objetos e de relações que se realizam sobre os objetos”, ou seja, não entre a especificidade, mas para a qual os mesmos servem de intermediários. Assim, os objetos concretizam uma série de relações, as quais fazem do espaço o resultado da ação humana sobre o próprio espaço, intermediada pelos objetos naturais e sociais. Contudo, essa configuração é passível de mudança ao longo do processo histórico, haja vista que o espaço geográfico é, sobretudo, um espaço social que reflete as necessidades da sociedade em variados momentos.

Destarte, Kosik (1967, p.60) enfatiza que,

[...] o homem, no ato de conhecer, não se relaciona com a natureza em si mesma, mas apenas com certos horizontes e imagens que são historicamente mutáveis e que são capazes de captar a realidade em sua estrutura fundamental.

Já Hegel (1966 apud SANTOS, 2002, p.157) considera que a criação do homem social dá-se em função da modificação de suas relações com a natureza, demonstrando significativamente que a natureza existe por ela mesma, como um objeto “o sol, a lua, as montanhas, os rios e os objetos naturais de todo os tipos que nos rodeiam existem” e são elementos centrais para a constituição do espaço geográfico, significando que o espaço não é nem uma coisa, nem um sistema de coisas, mas uma realidade relacional de coisas e relações. Portanto, a sociedade se constitui em fator fundamental de transformação do espaço, dispondo-se como o elo entre meio natural e o transformado. Nesse sentido, a sociedade enquanto totalidade é um conjunto de possibilidade, a qual dá existência ao conteúdo que nada mais é que a essência de uma sociedade em andamento, evolução e movimento.

Por conseguinte, para Santos (1988, p. 27), o conteúdo corporificado no espaço transformado introduz as formas geográficas escritas pela sociedade, manifestando que a sociedade seria o ser e o espaço, a existência,

O ser é metamorfoseado em existência por intermédio dos processos impostos por suas próprias determinações, as quais fazem aparecer cada forma como uma forma-conteúdo, um indivíduo separado capaz de influenciar a mudança social. É um momento permanente, e por esse processo infinito a sociedade e o espaço evoluem contraditoriamente.

Assim, o conteúdo corporificado, o ser já transformado em existência, é a sociedade já embutida nas formas geográficas, a sociedade transformada em espaço, deste modo o ser humano não é visto mais como um ser isolado, mas como um ser social por excelência, onde o homem vai construindo novas maneiras de fazer coisas, novos modos de produção que reúnem sistemas de objetos naturais e sociais, nos quais os elementos da natureza estejam presentes e associados aos elementos socialmente produzidos. Dessa forma, Oliveira (2000) assevera que a descoberta e o profundo conhecimento tecnológico conduzem o homem a pensar que a vida é um jogo de competição que envolve toda a sociedade na constituição de novos espaços geográficos.

Para Gomes (1991, p. 20), só há espaço geográfico produzido por “meio do trabalho socialmente necessário que o homem desempenha no seu labor cotidiano dentro do modo de produção em que está inserido e submetido”. Portanto, a constituição da segunda natureza sobre a primeira natureza é a maior expressão da dialeticidade da ação humana na superfície terrestre.

No entanto, a luta de classe precisa se concentrar no ponto vulnerável, no espaço geográfico, na estrutura territorial de exploração e dominação, e na reprodução espacialmente controlada do sistema como um todo. Por conseguinte, o espaço se caracterizará como multifuncional, por se derivar das distintas concepções subjacentes às sociedades que nos diversos processos de práticas organizaram a reprodução social.

Desta maneira, este modo de criação do espaço produzido socialmente integra a dinamicidade que explica a produção capitalista considerada o motor principal e permanente do processo de (re) organização do espaço. Por este motivo, o espaço consiste na matéria trabalhada por excelência que ao longo de um dado tempo histórico origina outros espaços com outras funções e em muitos casos até outras feições que Santos (2002) denominou de “rugosidades”.

Logo, a utilização de novos meios de produção são fatores primordiais para o surgimento de tais rugosidades, que durante o período de predominância do modo de produção são capazes de fazer desaparecer ou surgir lugares dinâmicos que estejam em total harmonia com o modo de produção vigente. Nessa perspectiva, a ocupação agrícola recente dos municípios que estão sob o domínio morfoclimático do cerrado piauiense, conduz à

comparação desses espaços com outros momentos da história do Estado, completamente esquecidos, porém somente nos últimos anos do século XX passaram a fazer parte da articulação comercial de grandes produtores de grãos oriundos do Centro-Sul do país.

Nesta lógica, a organização do espaço geográfico passa a ser dividido e a obedecer a critérios funcionais traduzidos nas paisagens que caracterizam os ritmos de desenvolvimento da atividade nele produzido. Entretanto, o meio geográfico humanamente produzido cria nas sociedades a noção de território por refletir a lógica de dominação a partir da reprodução do sistema econômico ora em vigor.

2.2 Território como fator de representação social

Território é um dos temas mais complexos na análise dos conceitos-chave da geografia. Ademais, por ser construído e desconstruído nas diferentes escalas temporais, os territórios podem ter o caráter permanente, mas também podem ter existência periódica ou cíclica, transformando-se assim em elemento da natureza espacial criado pela sociedade cujo objetivo é lutar para conquistá-lo ou protegê-lo.

Destarte, Araújo (2006a) assevera que a construção do espaço integra a evolução técnica da humanidade, porém na globalização em vigência, o espaço geográfico passou a internalizar um novo significado, no qual a divisão do mundo em diversas áreas de mercado configura espaços territorialmente demarcados segundo a necessidade de cada grupo social.

Por conseguinte, reconhecem-se, de acordo com Humboldt (1852), Ritter (1974) e Ratzel (1914), que a constituição e a ampliação do espaço vital são mecanismos essenciais para o nascimento do Estado enquanto área política que se caracteriza como território, pois ao se conformar em local, determina poder entre grupos de populações que possuem interesses diferentes.

Para Gottmann (1973 apud SAQUET, 2006), o território consiste no compartimento do espaço, fruto da diversificação de valores e organização, cujas funções principais servem de abrigo, *locus* de segurança e de trampolim para o surgimento de oportunidades que gerem riquezas.

Desta forma, a questão territorial passa a representar diante da sociedade, o espaço que se manifesta a partir das identidades criadas pelo grupo social que o habita. Assim, para Sposito (2004), o território juridicamente se refere à base geográfica de um Estado sobre o qual se exerce soberania.

No entanto, ao longo da história da humanidade os povos nômades não tiveram as mesmas identidades pelo território, pois não tinham uma relação mais direta, de identidade, com a terra.

Neste sentido, a conotação política do território relaciona-se ao espaço do indivíduo, de deslocamento sem limites e de apreensão da realidade pelos integrantes. Por isso, Santos, Sousa e Silveira (2002, p. 16) inferem que os territórios são “sinônimos de espaço humano, espaço habitado”, ao enfatizarem um novo modelo de construção e funcionamento do território, que convencionaram chamar de horizontalidades e verticalidades sendo que,

As horizontalidades serão os domínios das contiguidades, daqueles lugares vizinhos reunidos por uma continuidade territorial, enquanto as verticalidades seriam formadas por pontos distantes uns dos outros, ligados por todas as formas e processos sociais.

Hodiernamente, tais visões de horizontalidade e verticalidade despertam para a discussão sobre a formação de redes e fim das fronteiras entre diversos locais que se integram no mundo globalizado, expressando o múltiplo processo multidimensional, inerente à atividade em sociedade.

Essa abordagem explicita três características de territórios, os quais, de acordo com Santos (2002), são denominados de território de acontecer homólogo, de acontecer complementar e como condição do acontecer hierárquico. O primeiro considera que as produções urbanas e rurais se modernizam em função de informação especializada, o que conduz os comportamentos da sociedade a racionalidade presidida por informações que criem similitudes de atividades e que atendem aos contornos da área definida. O segundo concebe as relações entre campo e cidade e entre as próprias cidades como geradoras da produção moderna e para o intercâmbio destas. E, o terceiro resulta da racionalização das atividades embasada na concentração da organização produtiva, alicerçada na vida humana e no espaço.

Nessa perspectiva, Haesbaert (2006) entende que o território vincula-se à geografia política ou a geopolítica, isto é, contempla as dimensões política e afetiva ou ambas, revelando-se como palco de relações de poder e dominação, ou seja, de territorialidade, no sentido de um processo multidimensional inerente à vida em sociedade, haja vista que a vivência humana requer constantes relações, redundando na construção de espaço que possui poder.

Portanto, Sposito (2004, p.113) analisa território a partir das “diferentes maneiras que a sociedade se utiliza para se apropriar e transformar a natureza”, na medida em que se constitui em *locus* provedor de recursos naturais necessários para a realização de distintas atividades produtivas, como indústria, mineração e agricultura, as quais estabelecem a diferença deste espaço sobre os restantes.

Ademais, destaca-se, consoante com Haesbaert (2002), que a concepção naturalista de território envolve o sentimento e a sensibilidade humana, moldados pela própria natureza ou pela natureza cultural criada neste local. E, em contraposição, a visão etnocêntrica ignora a noção da relação homem-natureza ao considerar o território como constituição puramente humana e social, possibilitando o controle, domínio e apropriação.

Assim, a dominação do espaço por certa classe ou grupo social proporciona, como consequência, o fortalecimento das desigualdades sociais, derivado da construção de identidade cultural distinta, o que significa que o território é produto de relações de forças desiguais, sobretudo, no atual estágio do capitalismo mundial cujo desdobramento é a incidência do processo de desterritorialização, que segundo Haesbaert (2006), em função da globalização vigente, consiste na eliminação de todo e qualquer tipo de fronteiras existentes no mundo, como econômica, política, social e cultural, as quais movimentam permanentemente os territórios, diminuindo as distâncias e aumentando consideravelmente a velocidade das informações.

Além disso, a predominância de informações e densidade técnica em determinado local torna o território apto a atrair atividades intensivas em capital, tecnologia e organização, gestando consequentemente grande dinamicidade que o conduzirá, em consonância com Santos e Silveira (2001), à condição de espaços luminosos, os quais são observados no município de Uruçuí derivado da implantação dos projetos produtores de grãos a partir da década de 1990.

Todavia, este contexto, ao mesmo tempo destrói identidades culturais, possibilitando o surgimento de outra forma de territorialização, reconhecida por Ortiz (1994 apud HAESBAERT, 2006) como desterritorialização que se caracteriza pelas relações sociais, econômicas, políticas e culturais que estão articuladas entre si. Este panorama consiste na base da globalização em vigência, pois proporciona o aprofundamento da intensificação da territorialização, provocando assim, o aparecimento da multiterritorialidade, evidenciando que não se trata de uma transformação quantitativa, mas de alternativas territoriais que possuem maior facilidade de acesso bem como velocidade de mudança.

Souza (2000, p.81) corrobora com esta assertiva ao destacar que desterritorialização manifesta,

A perda do território apropriado e vivido em razão de diferentes processos derivados de contradições capazes de desfazerem os territórios. Assim novas territorialidades ou re-territorialidades surgem como novos territórios, neste caso os deslocamentos espaciais como as migrações constituem a trajetória que possibilita o abandono dos velhos territórios para os novos.

Destarte, a produção de distintos territórios no cerrado piauiense, centrada na apropriação do espaço conforme a necessidade dos grupos migrantes traz em seu bojo comportamentos externos à comunidade da região, como também promove, por um lado, a integração e, por outro lado, a exclusão de grupos sociais locais. Deste modo, Haesbaert (2002, p. 121) explicita que,

Enquanto a dominação do espaço por um grupo ou classe traz como consequência um fortalecimento das desigualdades sociais, a apropriação e construção de identidades territoriais resultam num fortalecimento das diferenças entre os grupos, o que, por sua vez, pode desencadear, tanto uma segregação maior, quanto um diálogo mais fecundo e enriquecedor.

Nessa perspectiva, o referido autor salienta que esta condição de territorialidade fundamenta-se nas vertentes políticas, na qual o território compõe-se em um espaço com delimitações, porém ponderado; cultural, quando o território se constitui em representações simbólicas e culturais da sociedade; e, econômica, na medida em que passa a ser visto como o território fonte de recursos que incorpora a relação capital/trabalho e a consequente divisão social e territorial do trabalho.

Esta configuração deixa claro a substituição dos territórios ao longo do tempo, em função das identidades culturais serem suplantadas pelas novas técnicas e pelas redes globalizantes dos poderosos grupos econômicos que lideram o mercado mundial. Desta forma, o território ganha arranjos que impõem comportamentos diferentes, graças às enormes possibilidades de produção e, sobretudo, da circulação dos insumos, dos produtos, do dinheiro e dos homens. Este processo de desterritorialização, para Santos (2005), reflete a união vertical dos vetores de modernização entrópicos que proporcionam desordem para a sociedade local.

Tal cenário expressa, em consonância com Dias (2004, p. 68), que “estamos diante de uma busca voraz de mais uma fluidez, o que engendra a procura de técnicas cada vez mais eficazes”, as quais objetivam atender a demanda do mercado mundial que exige do país a possibilidade de aberturas cada vez mais abrangentes ao processo de fluidez.

Por conseguinte, para Santos e Silveira (2001), o local onde se presencia espaços abertos a criação de fluidez é seletivo e não-igualitário, aumentando de modo significativo as desigualdades entre as regiões dos países em desenvolvimento, as quais resultam da incorporação progressiva de capital fixo e constante com o propósito de promover o processo que metamorfoseia o território brasileiro.

Ademais, Furquim Júnior (2004) reconhece a relevância da inovação tecnológica nesta nova organização espacial, pois a desterritorialização é um processo social composto por objetos e ações que manifestam a dialética entre a composição técnica e orgânica, as quais propiciam simultaneidade às mudanças exigidas pela globalização. Logo, o território revela-se como essencial para compatibilizar os movimentos globais, uma vez que a velocidade com que os estratos mais privilegiados da burguesia destroem e reconstróem o espaço social, tornam-se as referências mais marcantes do processo de des-re-territorialização capitalista.

Deste modo, Ferreira (2004, p. 241) destaca que “as mudanças as quais ocorrem no mundo moderno, fazem-se mais complexas as relações econômicas, políticas, sociais e espaciais de forma que revelam contradições, reais e concretas”. Tal contexto evidencia que os territórios são diferenciados pelo grau de atuação das referidas relações.

Na concepção de Haesbaert (2006), esta forma de desterritorialização também significa a diminuição ou o enfraquecimento das fronteiras a partir da mobilidade das

pessoas, bens materiais, capitais e/ou informações. Portanto, a lógica da organização territorial hodiernamente expressa a difusão da técnica, do meio científico e, especialmente, da velocidade das informações, que proporcionam ao território a dinamicidade das relações de trabalho na sociedade.

Nesse sentido, Dias (2004, p.67) corrobora que,

O debate sobre as relações entre a técnica e a sociedade, entre a técnica e o território não é novo. Este vem sendo marcado por diversos discursos [...] de causalidade linear entre o desenvolvimento técnico e as mudanças sociais e espaciais.

Para Santos e Silveira (2001), este processo de desenvolvimento técnico-científico-informacional provoca a reterritorialização do espaço onde são implementadas atividades econômicas por possibilitar maior mobilidade de pessoas, de produtos, de mercadorias e de dinheiro, o que redundará, conseqüentemente, na incidência de desigualdades territoriais.

Sendo assim, Santos *et al.* (2002) salientam que tais diferenciações de território são fundamentais para compreender a participação da sociedade no desenvolvimento de uma porção do território. Portanto, esta configuração reproduz a formação de espaços de rapidez e de lentidão.

Segundo Santos e Silveira (2001, p. 263), o espaço de rapidez espelha “onde a vida de relações é mais intensa pelas formas de organização das atividades econômicas e socioculturais, fazendo deste um espaço de circulação longínquas”. Destarte, admitem que os espaços de rapidez são os que dominam e os de lentidão são os que obedecem, deste modo, o espaço de lentidão possui formas de atividades econômicas que não atraem investimentos.

Contudo, esta mobilidade conduz a criação de vários espaços que estão susceptíveis às novas adequações da economia vigente, levando assim a conformar territórios que se integram ou não a exigência do mercado mundial. Por conseguinte, é neste contexto que se ressalta a instalação de empreendedores do Centro-Sul do país para a produção de grãos, em particular, soja, no cerrado do Piauí, particularmente, no município de Uruaú.

Embasado nesta realidade, Santos e Silveira (2001) explicitam que estes espaços são chamados de luminosos, por acumularem técnicas e informações com capacidade de atrair

empreendimentos econômicos intensivos em capital, tecnologia e organização. Logo, os espaços são integrados em uma lógica informacional que atende aos interesses de grandes empresas nacionais ou multinacionais, influenciando, desta maneira, os aspectos sócio-culturais da comunidade atuante nestes territórios.

Fundamentado neste cenário, analisa-se a questão ambiental sob o âmbito da desterritorialização, como um elo entre o trabalho humano e a intervenção na natureza, ou seja, como enfatiza Haesbaert (2002, p. 76), na perspectiva de reconhecer que o “Estado em seu papel de gestor-redistribuidor e os indivíduos e grupos sociais em sua vivência concreta com os ambientes capazes de conhecer e tratar o espaço social em todas as suas múltiplas dimensões” configurou-se como os arranjos fundamentais para que a relação trabalho e natureza sejam economicamente viável, socialmente desejável e ecologicamente sustentável.

Desta forma, a apreciação sobre o espaço geográfico e o território socialmente construído constitui-se em elementos básicos para a obtenção de novas formas de organização da sociedade, na medida em que as formas territoriais consistem no conjunto de espaços inseridos num sistema natural, herdado por uma determinada sociedade. Dessa maneira, faz-se necessário e premente estudar historicamente o processo de formação e organização dos espaços da agricultura brasileira, nordestina e piauiense, que são o objeto de investigação desta dissertação.